

A curricularização da extensão na formação superior como oportunidade de desenvolvimento territorial



<https://doi.org/10.56238/sevened2023.006-076>

Juçara Elza Hennerich

Doutora em Desenvolvimento Rural Sustentável. Centro de Ensino Superior Riograndense.

ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-0237-4095>

Cyntia Castoldi Destri

Mestre em Educação. Centro de Ensino Superior Riograndense.

ORCID: <https://orcid.org/0009-0003-1710-9694>

Fernanda Signor

Mestre em Envelhecimento Humano. Centro de Ensino Superior Riograndense.

ORCID: <https://orcid.org/0009-0007-6219-9691>

Vívian Nolasco

Mestre em Educação. Centro de Ensino Superior Riograndense.

ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-1355-653X>

Fernanda da Cruz Bertan

Mestrado em Psicologia. Centro de Ensino Superior Riograndense.

ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-3890-6030>

RESUMO

Com primórdios no continente Europeu, ainda no século XIX, as ações de extensão começam a fortalecer uma relação clara e fundamental na formação profissional. Até a atualidade o fortalecimento da extensão passa por diversos

campos e começa a ganhar maior estrutura de política pública desde a constituição de 1988, passando por resoluções, pela atualização de LDB, até a determinação da obrigatoriedade na formação curricular, tornando urgente o estudo, debate e construção de indicadores e parâmetros, fundamentos que possam contribuir para o cumprimento de uma normativa legal e principalmente potencializar as importantes premissas da extensão direcionadas para a formação profissional. O capítulo aqui proposto, objetiva apresentar e discutir uma metodologia específica que comporta as fases diagnóstico, vivência e proposição, dando fluência as especificidades das diferentes formações profissionais e ao mesmo tempo contribuindo para a conscientização de alunos, professores, instituições, comunidades, sobre suas responsabilidades, potencialidades e comprometimento mútuo para a formação da sociedade da qual todos usufruem e são coautores. Neste sentido a curricularização da extensão, aliada a metodologia proposta, pode ser traduzida em um processo educativo, cultural e científico, que articulando o ensino e a pesquisa de forma indissociável viabiliza a relação transformadora entre a instituição formadora e a sociedade, integrando o ensino e a pesquisa ao desenvolvimento social.

Palavras-chave: Extensão curricular. Desenvolvimento. Sociedade. Capital Humano.

1 INTRODUÇÃO

O entendimento do desenvolvimento ocupa obras de diversos pensadores e pode ser abordado de diferentes ângulos. Um deles, ao qual se atêm a discussão aqui, é aquele que não segrega o desenvolvimento, entendendo-o como uma espiral na qual o ambiental, o social, o econômico, o cultural e o humano são relacionados e interdependentes e juntos modelam o próprio conceito de desenvolvimento. Nessa concepção, simples e ao mesmo tempo complexa, o desenvolvimento deixa



de ser unicamente um objetivo e se contorna em sua própria construção, como consequência de ações integradas, conjugadas em espaço tempo em acordo com a própria dimensão construída.

Como forma de estabelecer um paralelo, Chiarello (2015) destaca o papel da universidade como determinante nos processos de desenvolvimento, a mesma autora, que na ocasião reforça o desenvolvimento regional, estabelece a importância das relações estabelecidas entre os agentes - universidades, empresas, sociedade civil, promovem o desenvolvimento.

Para Fagundes (2010, p.75) as universidades desenvolveram a capacidade de intervenção sobre o processo de desenvolvimento, em concordância, registramos Barreto (2000), que observa que a produção acadêmica não por si só não gera conhecimento, devendo haver a transferência, repasse e assimilação aos contextos sociais específicos. Segundo o autor o real desenvolvimento é atribuído quando estes contextos podem ser melhorados com a interferência da informação produzida, sendo a absorção deste conhecimento independente do estoque tecnológico e condicionada às especificidades econômicas, sociais, políticas e culturais.

Neste sentido, Noveli e Segatto (2012, p.84) discutem as relações e possibilidades de interação e melhoria de resultados, entre Universidades e Empresas, discutindo o modelo de cooperação chamado Hélice tripla que possibilita e incentiva a capitalização do conhecimento e coloca o desenvolvimento regional como uma terceira missão das universidades.

No viés desta percepção a extensão universitária assume uma posição estratégica de grande importância para a busca da concretização do objetivo de formação humana com comprometimento social como ferramenta de excelência profissional.

A inclusão de ações de extensão no papel social das instituições de educação superior (IES) foi registrada ainda em 1871, na Universidade de Cambridge, com a oferta de cursos específicos de extensão para a sociedade, em particular para aqueles considerados mais pobres.

Segundo Mirra (2009, p. 77):

A Universidade de Cambridge, em 1871, foi provavelmente a primeira a criar um programa formal de “cursos de extensão” a ser levado por seus docentes a diferentes regiões e segmentos da sociedade. Começando por Nottingham –a terra de Robin Hood -, Derby e Leicester, seus cursos de Literatura, Ciências Físicas e Economia Política logo angariaram vasta clientela e, em pouco tempo, atingiram todos os recantos do país. Quase ao mesmo tempo outra vertente surgia em Oxford, com atividades concebidas como uma espécie de movimento social voltado para os bolsões de pobreza. As primeiras ações tiveram lugar em Londres e logo se expandiram para regiões de concentração operária. Os trabalhadores das minas de Northumberland, por exemplo, contrataram em 1883 uma série de cursos de história. O século de Péricles foi apresentado no centro manufatureiro de Sheffield, a tragédia grega foi oferecida aos mineiros de carvão de Newcastle e aula de Astronomia aos operários de Hampshire (MIRRA, 2009, p. 77).

Após os primeiros esforços a proposta se expande para outros países da Europa como Inglaterra, Bélgica e Alemanha, se consolidando em todo o continente até chegar aos Estados Unidos da América, onde criou-se a “Society for the Extension of University Teaching”, ligada



inicialmente na Universidade de Chicago, e entre meados 1890 a 1900 expandiu-se e consolidou-se em todo o país.

Em meio a um tenso momento social e político a ação de estender para fora do ambiente acadêmico ações de mediação e interesse da população geral causou diferentes reações, que em sua maioria positivas, porém muitas vezes revestidas de objetivos prós ou contra as variáveis de consolidação do capitalismo da época.

Em seu caminho pela América Latina a extensão passa pelo próprio estabelecimento da educação superior. Segundo Paula (2013, p.11):

Ao contrário do Brasil, que só viu serem criadas universidades no século XX, em vários países da América do Sul as universidades surgiram ainda no século XVI, como é o caso da universidade de Santo Domingo, que é de 1538; da universidade de São Marcos, no Peru, que é de 1551; da universidade Real e Pontifícia da Cidade do México, que é de 1553; a que se seguiram universidades na Guatemala, em Nova Granada; sendo que, no século XVII, foram criadas universidades em Córdoba, em La Plata, em Cuyo, em Santiago do Chile; sendo que havia três universidades em Quito já no século XVII.

Seguindo seu processo de desenvolvimento e acompanhando os momentos históricos, políticos, econômicos e sociais, de diferenças, tensões e renovações, a extensão é reforçada no território a partir da reforma universitária (1918), que pauta fortemente a ação social das instituições de formação superior.

No Brasil as ações de extensão são registradas ainda durante o Brasil colônia (SOUSA, 2010), em maior ênfase, pela ação de estudantes que retornam de suas formações em outros países, em especial Europeus e direcionam seus esforços para o combate à escravidão dentre outras pautas da época. Para Nogueira (2005, p. 17):

Desde 1911, inicialmente em São Paulo, depois no Rio de Janeiro, Viçosa e Lavras, em Minas Gerais, que atividades de extensão têm se dado em instituições de ensino superior no Brasil, reproduzindo aqui as vertentes típicas da tradição europeia de extensão: “educação continuada e educação voltada para as classes populares; extensão voltada para a prestação de serviços na área rural”.

Para Serva (2020, p. 164) duas são as correntes que definem a extensão no Brasil nesta época: "uma latinoamericana, com destaque para o Manifesto de Córdoba, e outra norte-americana, baseada na adoção da universidade como prestadora de serviços”.

Na década de 70 o Plano de Trabalho de Extensão Universitária – PTEU, com forte influência de Paulo Freire, reforça a pauta da importância da extensão na formação profissional não somente como responsabilidade social, mas, como acesso e reconhecimento da sabedoria popular. O trabalho é considerado a primeira política de extensão na IES brasileira (SILVEIRA et al. 2019).

A extensão é consolidada como direito e normativa da formação da sociedade também por meio da constituição de 1988. No Capítulo III, Seção, Art. 205 e 207 afirma:



Art. 205. A educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho

Art. 207. As universidades gozam de autonomia didático-científica, administrativa e de gestão financeira e patrimonial, e obedecerão ao princípio de indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão (BRASIL, 1988).

É importante constar que na Lei de Diretrizes e Bases da Educação, 9.394/1996, diferentes capítulos foram dedicados a extensão, desde a conexão desta com a própria finalidade da educação no ensino superior até a atribuição da responsabilidade da União e dos Estados Federativos sobre a avaliação e promoção da extensão neste âmbito. Neste aspecto, em 2004 é promulgada a Lei nº 10.861, de 14 de abril de 2004, que institui o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior- SINAES instituindo duas das 10 dimensões de avaliação voltadas para avaliação das Políticas para ensino, pesquisa e extensão na IES.

Desde então a regulamentação da extensão segue ascendente e transversal aos planos nacionais de educação, até ser, de maneira definitiva e caracterizada como política pública, institucionalizada no Plano Nacional de Educação (PNE) proposto para os anos de 2001-2010, mais especificamente nas metas 21 e 23, que afirma a “obrigatoriedade de 10% dos créditos curriculares exigidos para a graduação, integralizados em ações extensionistas”. Ainda como obrigatória a extensão é apontada no PNE 2014 a 2024, como forma de projetos e programas.

Entre as diretrizes a “integração dialógica, interdisciplinaridade e interprofissionalidade, indissociabilidade ensino-pesquisa-extensão impacto na formação do estudante e impacto e transformação social” surgem como norteadoras deste desafio na formação profissional. Neste aspecto a Resolução CNE/CES, n. 7, de 18 de dezembro de 2018, em seu Art. 5º define:

Art. 5º Estruturam a concepção e a prática das Diretrizes da Extensão na Educação Superior: I - a interação dialógica da comunidade acadêmica com a sociedade por meio da troca de conhecimentos, da participação e do contato com as questões complexas contemporâneas presentes no contexto social; II - a formação cidadã dos estudantes, marcada e constituída pela vivência dos seus conhecimentos, que, de modo interprofissional e interdisciplinar, seja valorizada e integrada à matriz curricular; III - a produção de mudanças na própria instituição superior e nos demais setores da sociedade, a partir da construção e aplicação de conhecimentos, bem como por outras atividades acadêmicas e sociais; IV - a articulação entre ensino/extensão/pesquisa, ancorada em processo pedagógico único, interdisciplinar, político educacional, cultural, científico e tecnológico (BRASIL, 2018).

Segundo a mesma resolução a IES desde 2022 é obrigada a realizar a implementação das normas de curricularização da extensão em suas matrizes curriculares tornando urgente o estudo, debate e construção de indicadores, parâmetros, estudos de casos, entre outros fundamentos que possam não só contribuir para o cumprimento de uma normativa legal, mas potencializar as importantes premissas direcionadas para a formação profissional que perpassa para a formação da sociedade futura considerando o aluno e os processos de ensino aprendizagem para este cenário.



O olhar da extensão para a complexidade proporciona a percepção da articulação entre o Estado, o setor privado e a formação profissional, tornando-se fundamental para a formação efetiva e sua direta conexão com a formação cidadã.

Nesse sentido, implementar a extensão nos currículos significa afirmar que, em algum momento da vida acadêmica o estudante precisa se envolver com atividades de extensão relacionadas aos componentes da matriz curricular de seu curso, constituindo-se em um processo interdisciplinar, cultural, científico e tecnológico, estabelecendo o currículo na concepção de um processo não linear e rotineiro, tornando-se um espaço de produção coletiva e ação crítica.

Frente a tantos desafios algumas universidades tem promovido um processo de reinvenção, de transformação para que a extensão possa atender a tamanha complexidade de diretrizes que entre tantos aspectos estão imersas em um número considerável de variáveis, sociais, políticas, econômicas, culturais e ambientais e no mesmo percurso garantir que estes elementos estejam alicerçados na qualidade de educação para formação profissional, entremeados ainda pela indissolúvel tríade ensino, pesquisa e extensão.

O artigo aqui proposto, objetiva apresentar e discutir uma metodologia específica que comporta as fases diagnóstico, vivência e proposição, dando fluência as especificidades das diferentes formações profissionais e ao mesmo tempo contribuindo para a conscientização de alunos, professores, instituições, comunidades, sobre suas responsabilidades, potencialidades e comprometimento mútuo para a formação da sociedade da qual todos usufruem e são coautores.

2 EDUCAÇÃO PARA O COLETIVO E O DESENVOLVIMENTO

A extensão, no processo de educação é entendida como um sistema aberto de realimentação do processo de formação superior, que da mesma forma retroalimenta o desenvolvimento integral da sociedade. As ações de extensão primam pela formação humana, sociopolítica e ambiental, expandindo seu caminho para questão social e cultural por meio da interação com a sociedade, tanto com vias a atender necessidades atuais como com a responsabilidade de construir soluções coletivas, multidisciplinares e assertivas no objetivo de excelência técnica e efetiva participação de todos os setores da sociedade.

Essas ações disciplinares, multidisciplinares ou interdisciplinares permitem estabelecer uma relação dinâmica entre a Instituição e o contexto social, permitindo:

- A construção da cidadania individual e profissional do estudante, por meio do conhecimento e da interação com situações desafiadoras da realidade social;
- A “problematização” como atitude de interação com a realidade e aproximação da teoria com a prática;



- Desenvolvimento de uma atitude tanto questionadora quanto proativa diante dos desafios impostos pela realidade social;
- O estímulo dos processos de aprendizagem em temáticas relevantes para a comunidade, por meio da articulação entre a produção do conhecimento e o desenvolvimento social;
- A elaboração de diagnóstico, vivências e proposições de ações, metodologias, políticas de desenvolvimento local e regional de forma participativa.

Neste complexo e amplo processo de formação o caminho da construção de um Programa de Extensão Curricular deve permitir integrar o conhecimento produzido no meio acadêmico com o conhecimento produzido na comunidade.

É de extrema importância entender que ao relacionar extensão com currículo de formação acadêmica se reconhece e acentua que o capital humano, que o profissional, que sai de qualquer área de formação deve ter em sua base de ensino a responsabilidade social, a consciência de sua função na sociedade e o quanto esta é fundamento de sua prática e excelência profissional.

É por meio dessa relação que se estabelece a troca de saberes, que se relaciona “o que se aprende e o que se aplica”, se constrói a democratização do conhecimento com a participação efetiva da comunidade, bem como com a proporção de prática profissional, conectada a realidade local, ao espaço de convívio e exercício da cidadania do estudante. Essa relação pode ser norteadada pela adoção de uma metodologia específica que permeia as necessidades de todas as formações e está baseada no correto diagnóstico, na vivência dos espaços, ambientes, situações e na responsabilidade da proposição coletiva de soluções.

Para Chiarello (2015) a extensão universitária se relaciona diretamente com o desenvolvimento e dá base para a avaliação de como este agente social se qualifica na pesquisa, no ensino e como próprio agente da sociedade que atende e forma:

É, portanto, pela via de extensão que o ensino e a pesquisa têm sua aplicação para a solução de problemas de uma determinada região geográfica. É a extensão a forma mais viva e eficaz que permite a avaliação dos produtos objetivos mensuráveis da universidade: a pesquisa e o ensino. É a extensão que permite três avaliações-fim, essenciais na universidade: a) da qualidade científica da pesquisa; b) da qualidade educacional do ensino; c) da quantidade de ensino que atinge a comunidade, desenvolvendo-a. Em decorrência disso é que se articulam de forma concreta estas três dimensões essenciais da universidade, que se constituem no seu tripé sustentador (CHIARELLO, 2015, p. 246).

A construção de um programa institucional de extensão passa pela percepção de que a extensão sinaliza para o fato de que, para a formação do profissional, é imprescindível sua efetiva interação com a sociedade, seja para se situar historicamente, para se identificar culturalmente ou para referenciar sua formação com os desafios que um dia terá que enfrentar. Outro viés está relacionado ao profissional formado capaz de, alicerçado na realidade, no espaço e tempo, desenvolver sua carreira de forma conecta a sociedade, efetiva e na construção do desenvolvimento humano.



3 ELEMENTOS DE UM PROGRAMA INSTITUCIONAL DE EXTENSÃO CURRICULAR

Um Programa Institucional de Extensão Curricular, trata-se de um conjunto articulado de projetos e outras ações de Extensão (Cursos, Eventos, Prestação de Serviços), que se integrando as ações de Extensão, Pesquisa e Ensino, de forma orgânica-institucional, intrínseca ao próprio conceito de ensino aprendizagem. O programa deve apresentar clareza de diretrizes e orientação para um objetivo comum, com ações sendo executadas a médio e longo prazo, guiadas ao propósito comum do desenvolvimento integral. Entendendo desenvolvimento pelo conceito de Furtado (1984, p. 63), *“Desenvolver-se é ascender na escala de realização das potencialidades dos homens como indivíduos e como coletividade”*.

O programa deve contar com aproximação entre os envolvidos, conciliando ações, estabelecendo mecanismos de gestão conjunta das diferentes estruturas e ações da instituição.

Neste sentido um Programa pode conter esferas distintas de ação, porém conectadas, podendo comportar ações pontuais, que envolvem a comunidade e podem ou não estarem ligadas a uma ação mais duradoura, porém, devem observar sua direta conexão com o ensino aprendizagem que comporta as ações propostas dentro da curricularização da extensão.

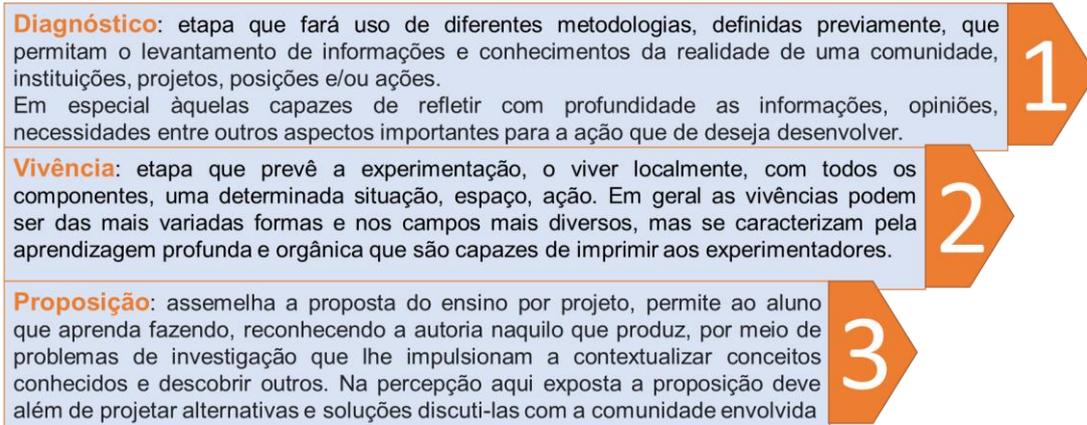
A proposta de direcionar o planejamento e desenvolvimento da extensão curricular para dentro do programa utilizando a metodologia proposta, tem por objetivos:

- Consolidar ao longo da construção da formação profissional a responsabilidade social;
- Institucionalizar a extensão curricular como forma de fortalecer e ampliar processos e resultados;
- Proporcionar espaços de construção coletiva do conhecimento;
- Proporcionar espaços multidisciplinares, transdisciplinares e interdisciplinares desde a concepção até a avaliação das ações de extensão, retroalimentando os diferentes processos de melhoria do ensino aprendizagem da IES de forma continuada e conectada a comunidade regional;
- Fortalecer a imagem profissional dos membros da comunidade acadêmica aproximando a realidade social não só da formação, mas também, da atuação dos diferentes profissionais;

Para alcance dos objetivos propostos sugere-se que as ações dentro do Programa sejam desenvolvidas e pensadas perpassando o diagnóstico, a vivência e proposição. Na Figura 2 descreve-se a conceituação metodológica proposta.



Figura 1 – Conceituação da metodologia.



Fonte: Hennerich, 2022.

Vale constar que o aprendizado vivencial é muito mais eficaz na formação do aluno porque suporta um envolvimento ativo no processo de aprendizado e permite ao indivíduo a internalização e memorização mais abrangente dos conceitos através da experiência direta. Não objetiva ensinar conceitos, habilidades e valores, mas sim oferecer oportunidades aos indivíduos de internalizar e abraçar idéias e ideais experimentados durante o processo vivencial (OLIVEIRA e CALLOU, 2006).

Entre diversos aspectos a serem considerados, o aluno experimenta o protagonismo, a responsabilidade, a realidade da comunidade na qual irá atuar, construir e viver, experiências que são capazes de promover o comprometimento, a responsabilidade e a empatia, além da eficiente forma efetiva de contribuir para o aprimoramento do conhecimento.

As atividades de extensão podem ser traduzidas em um processo educativo, cultural e científico, que articulando o ensino e a pesquisa de forma indissociável viabiliza a relação transformadora entre a instituição formadora e a sociedade, integrando o ensino e a pesquisa ao desenvolvimento social.

Os passos da metodologia devem ser desenvolvidos adequando, o tempo de cada etapa, as metodologias que a compõem e a forma organizativa dos participantes, assegurando a liberdade necessária às especificidades do caminho formativo de cada formação profissional.

A metodologia aqui proposta busca assegurar a diversidade, as realidades, origens, culturas, territórios, tanto como, elemento de assertividade como de desenvolvimento endógeno, buscando, em todas as fases da metodologia retratar e impactar a realidade local dos alunos aliadas à proposta de formação profissional do curso em questão.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os investimentos em educação para sua efetividade necessitam envolver regionalidades, aspectos econômicos e sociais para sua efetiva ação junto a processos de desenvolvimento.



Na conjuntura temporal e espacial o Brasil ainda divide suas iniciativas de desenvolvimento entre setor público e privado e continua a buscar os caminhos para a difusão, ora possa estar este fato relacionado a efetiva participação desta preocupação no planejamento e desenvolvimento dos processos.

As universidades assumem importante papel junto aos processos de desenvolvimento, não estando estes especificamente na geração da tecnologia, de pesquisa, de conhecimento, mas na sua difusão e ainda no planejamento e adequação dos processos aos aspectos regionais

O debate sobre o tema ainda é novo e deve continuar sendo explorado e debatido de maneira intensa por entender que a extensão é um compromisso da Instituição com a comunidade além de exercer/estabelecer/fomentar o processo ensino-aprendizagem acadêmica.

Como diretamente conectada com a realidade, a metodologia composta por um diagnóstico pode conectar as ações à atualidade necessária para seu desenvolvimento e adequação às diferentes áreas.

Observa-se que a vivência traz ao aluno o pertencimento, o engajamento necessário para sua formação bem como para a efetividade de objetivo das ações. A responsabilidade de retorno, debate e discussão assim como a proposição são fundamentos para a internalização do conceito, da metodologia na formação cidadã dos profissionais.

A importância em basear a prática pedagógica no tripé indissociável ensino/pesquisa/extensão é optar por um projeto educativo que requer constante diálogo entre a comunidade acadêmica e a sociedade, não se assentando somente em ideias mas igualmente em sentimento e valores direcionados ao desenvolvimento integral.

A construção de um Programa Institucional de Extensão Curricular aponta para a construção de um processo continuado de extensão concreta e potencializada pelo fluxo, diagnóstico, vivência e proposição, fundamentos indispensáveis para a propulsão da responsabilidade com a realidade social, dos resultados para toda a comunidade envolvida e para o próprio processo de ensino aprendizagem.



REFERÊNCIAS

BRASIL. Lei nº 10.172, de 9 de janeiro de 2001. Aprova o Plano Nacional de Educação e dá outras providências. Diário Oficial da União –10/01/2001. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/leis_2001/110172.htm . Acesso em: 15 de junho de 2022.

BRASIL. Lei nº 13.005, de 25 de junho de 2014. Aprova o Plano Nacional de Educação - PNE e dá outras providências. Diário Oficial da União – 26/06/2014 - Edição extra. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2014/lei/113005.htm Acesso em: 17 junho de 2022.

Ministério da Educação. Parecer CNE/CES n.608, de 03 de outubro de 2018. Dispõe sobre Diretrizes para as Políticas de Extensão da Educação Superior Brasileira. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/docman/novembro-2018-pdf/102551-pces608-18/file> Acesso em 06 de julho de 2022.

BRASIL. Ministério da Educação. Resolução CNE/CES n.07, de 18 de dezembro de 2018. Estabelece as Diretrizes para a Extensão na Educação Superior Brasileira e regimenta o disposto na Meta 12.7 da Lei nº 13.005/2014, que aprova o Plano Nacional de Educação 123 – PNE 2014- 2024 e dá outras providências. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/arquivos/pdf/L10172.pdf> . Acesso em 06 julho de 2022.

BRASIL DECRETO Nº 6.495, DE 30 DE JUNHO DE 2008. Institui o Programa de Extensão Universitária - PROEXT. Brasília, DF, jun. 2008. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2008/decreto/d6495.htm Acesso em: 08 de agosto de 2022.

BRASIL. Constituição (1988). Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília, DF: Senado Federal: Centro Gráfico, 1988. Disponível em https://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/518231/CF88_Livro_EC91_2016.pdf Acesso em: 08 de agosto de 2022.

BRASIL. Ministério da Educação. Conselho Nacional de Educação. Câmara de Educação Superior. Comissões (Atualizado em março de 2017). Disponível em: http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=1678%207-ces-camara-de-educacao-cne&category_slug=dezembro-2014-pdf&Itemid=30192. Acesso em: 08 de agosto de 2022.

CHIARELLO, I. S. A UNIVERSIDADE E SEU PAPEL NO DESENVOLVIMENTO REGIONAL: CONTRIBUIÇÕES DO PROESDE. Extensão em Foco (ISSN: 2317-9791), [S. l.], v. 1, n. 2, p. 240–257, 2015. Disponível em: <https://periodicos.uniarp.edu.br/index.php/extensao/article/view/795>. Acesso em: 18 nov. 2023.

DA SILVEIRA, A. L. M.; ZAMBENEDETTI, G. W.; RIBEIRO, V. G. DESIGN NA EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA: DIRETRIZES PARA ORIENTAR AS PRÁTICAS EXTENSIONISTAS. Interfaces - Revista de Extensão da UFMG, [S. l.], v. 5, n. 1, p. 69–111, 2017. Disponível em: <https://periodicos.ufmg.br/index.php/revistainterfaces/article/view/18997> . Acesso em: 14 ago. 2022.

DE FREITAS VASCONCELOS, Juliana et al. Uso da metodologia vivencial na educação médica. ID on line. Revista de psicologia, v. 4, n. 12, p. 21-29, 2010.

FERREIRA, F. E. A curricularização da extensão universitária frente aos marcos legais no contexto de um Instituto Federal de Educação (Dissertação de mestrado). Unisul Florianópolis. 2020.



HENNERICH, J. E., DIAS, L. C., STRASSBURGER, N. C., & SIGNOR, A. (2020). O papel da universidade no desenvolvimento tecnológico/ The role of the university in technological development. *Brazilian Journal of Development*, 6(2), 9556–9569. <https://doi.org/10.34117/bjdv6n2-315>

MIRRA, Evando. *A Ciência que sonha e o verso que investiga*. São Paulo: Editora Papagaio, 2009.

GADOTTI, Moacir. *Extensão universitária: para quê*. Instituto Paulo Freire, v. 15, p. 1-18, 2017.

NOGUEIRA, Maria das Dores Pimentel. (Org.). *Avaliação da Extensão Universitária: Práticas e Discussões da Comissão Permanente de Avaliação da Extensão*. Belo Horizonte: PROEXT/UFMG/Fórum, 2013. NOGUEIRA, Maria das Dores Pimentel (org.), 2005. *Políticas de Extensão Universitária Brasileira*. Belo Horizonte: UFMG.

OLIVEIRA, G F.e CALLOU, D.T. *A Introdução do Trabalho Colaborativo na Educação Médica*. Trabalho apresentado no XXI Outubro Médico. Fortaleza-CE. Outubro, 2006

PAULA, J. A. de. A extensão universitária: história, conceito e propostas. *Interfaces - Revista de Extensão da UFMG*, [S. l.], v. 1, n. 1, p. 5–23, 2013. Disponível em: <https://periodicos.ufmg.br/index.php/revistainterfaces/article/view/18930> Acesso em: 2 set. 2022.

RIBEIRO, Mayra Rodrigues Fernandes; DE FREITAS MENDES, Francisco Fabiano; SILVA, Etevaldo Almeida. Curricularização da extensão em prol de uma universidade socialmente referenciada. *Revista Conexão UEPG*, v. 14, n. 3, p. 334-342, 2018.

SERVA, Fernanda Mesquita. *Educação superior no Brasil: um estudo sobre a política de curricularização da extensão universitária*. 2020.

SILVEIRA, André Luis Marques da; ZAMBENEDETTI, Gabriela Würzius; RIBEIRO, Vinicius Gadis. Diretrizes para orientar a formulação e implementação de ações de Design na Extensão Universitária. *Educação (UFSM)*, Santa Maria, p. e9 / 1-20, fev. 2019. ISSN 1984- 6444.

SOUSA, Ana Luiza Lima. *A história da extensão universitária*. 2. ed. Campinas: Alínea, 2010.

Yin, R. K. *Pesquisa Estudo de Caso: Desenho e Métodos*. 2ª Ed. Porto Alegre: Bookman, 1994. 173 p.